

# MÃES AFRICANAS, FILHAS BRASILEIRAS: MATERNIDADE, ESCRAVIDÃO E DISPUTAS PELA LIBERDADE (BAHIA, SÉCULO XIX)

Jane-Marie Collins. *Emancipatory Narratives & Enslaved Motherhood: Bahia, Brazil, 1830-1888*. Liverpool: Liverpool University Press, 2023. 440 p.

No estado da Bahia, ao longo do século XIX, mulheres africanas e suas descendentes enfrentaram os desafios da escravidão e das lutas pela liberdade em um cenário profundamente marcado pelo gênero. Nesse terreno intrincado, elas participaram de batalhas multifacetadas para moldar não apenas suas próprias vidas e destinos, mas também os de suas filhas e filhos. Publicado nos Estados Unidos em 2023, *Emancipatory Narratives & Enslaved Motherhood*, da historiadora Jane-Marie Collins, aparece na esteira de uma série de trabalhos que, desde as últimas décadas, têm enriquecido os estudos sobre gênero, etnicidade, maternidade e reprodução na história da escravidão e da emancipação no Brasil. A obra, fundamentada na tese de doutorado da autora, revisita temas

centrais para a história da escravidão, da emancipação e das relações raciais e de gênero no Brasil, revisando interpretações acerca da preponderância de mulheres e crianças na manumissão; da associação da mobilidade feminina negra com relações íntimas com seus senhores; e das características e legados dos comportamentos socioeconômicos de mulheres da África Ocidental para modalidades de família e liberdade na Salvador da Bahia do século XIX.

Concentrando-se na cidade portuária atlântica de Salvador, antiga capital colonial, o livro examina as disputas dessas mulheres por seus projetos de liberdade na Bahia do século XIX, marcada por eventos significativos, como as rebeliões de escravizados na década de 1830,

o tráfico clandestino de africanas/os até 1850, a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, culminando na Abolição, em 1888. Por meio de uma análise de fontes cartoriais e processuais, tais como ações de liberdade, cartas de alforria, testamentos, registros de batismo, dentre outras, a autora utiliza tanto micro quanto macroanálises quantitativas para analisar os embates sociais em torno da alforria de mulheres africanas, de maioria iorubá, e suas descendentes, que a seu próprio modo mobilizaram a justiça e confrontaram os senhores que tentaram obstar seus projetos de liberdade a todo custo. Além disso, a autora vale-se dessas fontes para observar as tensões geradas nas relações sociais escravistas nos ambientes domésticos urbanos, e também para compreender os sentidos e motivações por trás dos projetos de emancipação para as mulheres e crianças, inseridas, sempre, em um cenário social e político mais amplo.

A partir de uma pesquisa exaustiva, o livro apresenta os casos em nível de detalhe e profundidade que recria o contexto em que os personagens viveram com riqueza e complexidade, transportando os leitores

para a Salvador do século XIX, para que acompanhem aspectos singulares das vidas cotidianas de africanas e descendentes. *Emancipatory*, portanto, é um livro sobre as vidas e perspectivas de mulheres africanas e de suas descendentes, sobre as disputas por seus projetos de liberdade, os vínculos maternos com suas crianças, e os cenários em que estas vidas se desenrolaram. A autora nos conduz pelos bairros da cidade e para as imediações urbanas onde se desenrolavam os afazeres, sociabilidades e solidariedades da população africana e afrodescendente, explorando como essas mulheres mobilizaram solidariedades na busca pela emancipação, em seus confrontos com a classe proprietária e as autoridades provinciais em diferentes conjunturas do século XIX. A autora nos leva, ainda, para o interior do mundo doméstico escravista, localizando as tensões que vincaram os cotidianos de mulheres cativas mais reclusas, ocupadas como mucamas, em seu contato próximo e íntimo com a família senhorial.

Um dos pontos fortes do livro é a forma com que Collins mobiliza o conceito de gênero para aprofundar nossa compreensão e evidenciar,

nas relações sociais cotidianas, como as mulheres enfrentaram as experiências do cativo de maneira distinta dos homens escravizados, especialmente em relação à maternidade, à sexualidade, à gestação, aos espaços de trabalho e às oportunidades de acesso à liberdade para si e suas filhas e filhos. Ao longo dos capítulos, a autora se envolve em uma discussão historiográfica abrangente, destacando especialmente os debates sobre a preeminência das mulheres e das crianças nos processos de alforria. Um dos principais argumentos do livro está alinhado com autores que propõem uma reavaliação das narrativas históricas acerca das manumissões, questionando conceitos como vantagem, privilégio e benefício, enquanto delinea o panorama de adversidades enfrentadas por mulheres que foram mães na escravidão.

O livro é estruturado em quatro seções, cada uma contendo dois capítulos, uma revisão teórica e bibliográfica e uma conclusão. Na primeira parte, a partir de 4 ações de liberdade, Collins ilumina as lutas incessantes das mães pela emancipação pessoal e pela de seus filhos, antes e depois da Lei do Ventre Livre. Ao longo das

páginas, vislumbramos as artimanhas empregadas por ex-proprietários com o intuito de manter mães e filhos sob seu domínio, desvelando as intrincadas relações entre gênero, poder, opressão e resistência nesses contextos. A história de Elisaria, nascida na Bahia, ocupada como mucama na residência de um grande proprietário em uma fazenda no sudeste baiano, é especialmente significativa. Em 1876, ao entrar com a ação de liberdade, a mulher contava com 31 anos, encontrando-se grávida de seu segundo filho. Seu caçula nasceu em 1873, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, que assegurava não apenas a emancipação dos filhos nascidos de mães escravizadas, mas também o direito das cativas e cativos adquirirem suas alforrias mediante o pagamento de seu valor no mercado. A ação de alforria foi iniciada quando o senhor de Elisaria rejeitou a oferta de 500 mil réis feita por Cesario Domingues, liberto, pai dos filhos e companheiro de Elisaria. No processo, o proprietário alegou que esse dinheiro era proveniente de roubos cometidos por Elisaria a diversos pertences dos proprietários.

A autora expõe, então, as ambiguidades e contradições dos supostos

privilégios associados à condição de escravizadas domésticas, em particular daquelas que desempenhavam a ocupação de mucamas. Apesar de estarem em uma posição de maior proximidade e acesso direto à camada senhorial, o que poderia facilitar a negociação da alforria, essas mulheres foram submetidas ao escrutínio e vigilância constantes por parte das famílias proprietárias. Collins também destaca as expectativas senhoriais que não contemplavam qualquer possibilidade legítima para a liberdade de Elisaria que não estivesse em consonância com ideais escravistas de lealdade e submissão. Nesse contexto, a autora argumenta que as narrativas do paternalismo senhorial relacionadas à alforria, subserviência e deferência estiveram profundamente influenciadas pelas dinâmicas de gênero.

Informantes no processo revelam, ainda, as violências que atravessaram as vidas de mulheres cativas como Elisaria. Após desafiar as expectativas de controle e poder impostas pelos senhores e iniciar a negociação de sua alforria, Elisaria foi submetida a diversas formas de tortura. Atada a correntes em estado avançado de gravidez e seviciada, tais atrocidades

foram justificadas pelos senhores como forma de castigo por supostos roubos. Essas passagens do processo constituem um testemunho vívido da brutalidade e das inúmeras formas de violência que recaíram sobre mulheres escravizadas. Em 1876, Elisaria estava acamada, prestes a dar à luz, e sua saúde em estado tão delicado que três depositários se recusaram a mantê-la ou solicitaram a mudança da guarda durante o processo da ação de liberdade, alegando incapacidade para provê-la com os cuidados de saúde de que necessitava. Apesar das adversidades, Elisaria deu à luz um filho com vida e, finalmente, obteve sua liberdade por meio da justiça.

Na segunda parte do livro, Collins aprofunda os contextos sociais que influenciaram a prevalência demográfica de crianças nas alforrias antes da Lei do Ventre Livre, por meio da análise das diferentes modalidades de alforria infantil – gratuitas, compradas ou condicionais – entre os anos de 1830 e 1871. A autora também oferece uma visão abrangente sobre a literatura relativa à demografia e às experiências das crianças nos mundos do trabalho e no comércio transatlântico na primeira metade do século XIX.

Aliando a preocupação em revelar a perspectiva das mulheres cativas, das crianças e dos embates pela emancipação, a autora dirige um olhar atento às nuances que passam, com frequência, despercebidas a muitos historiadores: as distinções e singularidades nos padrões de posse e de alforria marcadas pelo gênero, tanto entre homens e mulheres da camada senhorial branca, quanto entre senhoras brancas e uma elite minoritária de africanas e descendentes que ascenderam à condição de proprietárias. Collins demonstra que a assimetria entre homens e mulheres como proprietários de escravizados e riquezas no Brasil se manifestou de maneira inversa nos padrões de gênero relacionados tanto às práticas de alforria quanto à propriedade de escravizadas. No contexto urbano de Salvador, mulheres solteiras ou viúvas predominavam como proprietárias de mulheres e crianças, e também eram as que mais concediam alforrias, muitas vezes condicionadas à prestação de serviços contínuos até a morte das proprietárias.

Nessa seção, a autora reitera e reformula o argumento que perpassa todo o livro: de que a maioria das

mães escravizadas priorizava as alforrias de seus filhos em detrimento das suas próprias. Embora Collins ressalte o papel crucial das mães escravizadas na conquista de sua própria liberdade e na dos seus filhos, propondo uma versão alternativa à ideia de afeto senhorial, sua argumentação, calcada em alguns poucos estudos de caso, carece de uma demonstração convincente de que as mães tenham predominantemente optado pela emancipação de seus filhos. A autora não se detém em uma análise das diferenças e especificidades das alforrias condicionais, gratuitas ou pagas, que poderia fornecer indícios sobre as estratégias possíveis, ou a falta de poder das mães para influenciar as decisões e o papel dos senhores nas diferentes modalidades de alforria. Ademais, a autora não dialoga com estudos recentes que evidenciaram que, em contextos de alforrias pagas, quando obtidas por meio de economias, as mães escravizadas frequentemente priorizavam a conquista de sua própria liberdade como parte de um projeto familiar. Nesse sentido, buscavam evitar que mais filhos nascessem escravizados, ao mesmo tempo em que almejavam a oportu-

nidade, enquanto mulheres libertas, de trabalhar e economizar para comprar a liberdade de seus filhos.

A terceira parte do livro aborda uma das questões mais relevantes a estudiosos que têm se dedicado às interseções entre gênero e escravidão, e à história das mulheres e famílias negras nas Américas. Collins revisita as narrativas históricas que estabeleceram uma conexão entre relacionamentos íntimos entre senhores e escravizadas, manumissão e miscigenação, engajando-se em uma historiografia crítica para contestar o mito da democracia racial no Brasil. A autora realiza uma análise desse tema crucial para o entendimento das relações raciais e de gênero na escravidão, argumentando que tais relacionamentos, além de profundamente hierárquicos, foram frequentemente atravessados pela violência ou por ameaças dela. Sua crítica é fundamentada na análise cuidadosa das fontes e da historiografia, ao examinar o imaginário social e as suposições que permeiam uma historiografia que tradicionalmente tem vinculado concubinato, mobilidade social e paternidade branca. Collins questiona interpretações que, ao relacionar esses aspectos,

acabam reforçando estereótipos como a lascívia e a suposta disponibilidade sexual das mulheres negras, negligenciando as brutais realidades de violência sexual e escravização de seus filhos às quais estiveram sujeitas. Ela aprofunda a discussão sobre as relações inter-raciais entre homens proprietários e cativas, evidenciando os limites de mobilidade e vantagem material que as mulheres escravizadas poderiam obter para si e seus filhos por meio dessas relações. Nesse sentido, ela enfatiza o papel fundamental das economias das mulheres na conquista de sua própria alforria e na libertação de seus filhos, a massiva escravização de suas crianças independentemente da paternidade, sublinhando que as supostas recompensas dessas uniões poderiam ser, na verdade, imprevisíveis e arbitrarias.

Na quarta e última parte, o livro oferece uma perspectiva abrangente sobre os interesses concorrentes em torno das crianças cativas, desde os papéis desempenhados pelos padrões de posse e nas dinâmicas das relações domésticas. A autora também aborda as diferenças que marcaram as práticas escravistas entre proprietárias brancas e negras. Nesse ponto, o trabalho de

Collins revisita uma extensa historiografia que tem enfatizado o papel de uma elite econômica e cultural africana na formação de comunidades religiosas, examinando as interconexões entre etnicidade, gênero, comércio de rua e as trajetórias de liberdade e mobilidade para mulheres escravizadas, especialmente entre as africanas ocidentais, em cidades como Salvador e Rio de Janeiro. A partir da investigação em inventários, testamentos e cartas de alforria, Collins realiza uma análise detalhada e matizada das diferentes práticas de herança e tratamento dispensados por senhoras brancas e negras às cativas e seus filhos. Com base na ampla historiografia sobre os comportamentos socioeconômicos de mulheres da África Ocidental, tanto como vendedoras ambulantes e proprietárias de escravizados, Collins também destaca o papel significativo dessas mulheres como sacerdotisas em religiões afro-brasileiras, como o Candomblé. Por meio de análises de testamentos, a autora destaca conexões entre as práticas de mulheres africanas e afrodescendentes solteiras e sem filhos, e seus padrões de herança, alforria e práticas informais de adoção. Ela demonstra que as mulheres

frequentemente deixavam propriedades para os filhos de suas escravizadas, uma tendência que geralmente beneficiava as meninas, refletindo as práticas de parentesco centradas nas mulheres da África Ocidental. Ademais, Collins retrata de forma vívida as duras realidades enfrentadas por mulheres e mães africanas que, em suas jornadas rumo à liberdade, defrontaram-se com inúmeras adversidades para manterem a custódia de seus filhos, diante das políticas de tutela que visavam a força de trabalho das crianças negras e os interesses dos ex-proprietários. A autora documenta os embates da africana nagô e liberta Margarida em sua luta pela guarda de seus filhos nascidos livres na cidade de Salvador, durante a tumultuada década de 1830, marcada pela Revolta dos Malês e pela repressão antiafricana. Depois de comprar sua alforria, Margarida permaneceu na casa dos ex-senhores, onde deu à luz duas crianças juridicamente livres. Libertada e estabelecida no centro da cidade, vivendo de seus ganhos e de três escravizados, Margarida decide reaver a guarda dos filhos, desencadeando uma disputa jurídica com seus antigos senhores, que exploravam o trabalho das crianças.

Na década de 1850, a ex-senhora obteve a tutela de seus filhos por meio do respaldo judicial, fundamentando-se na alegação da suposta incapacidade das mulheres africanas e descendentes para exercerem adequadamente a maternidade. Os argumentos apresentados pelo advogado da ex-senhora Vitória, também mãe de uma criança nascida fora do casamento, refletem preconceitos misóginos e racistas em relação às mulheres negras e afrodescendentes, retratando-as como ébrias, prostitutas e portadoras de costumes bárbaros, consideradas uma dupla ameaça ao bem-estar de seus filhos e da nação.

Ao longo do tempo, Margarida viu-se despojada de seus bens e de sua moradia, o que evidencia as dificuldades enfrentadas por ela e outras mulheres africanas e descendentes ao tentarem reconstruir suas vidas em liberdade. Nesse sentido, Collins revela as condições instáveis e precárias vivenciadas pelas mulheres libertas quando observadas sob a ótica da maternidade negra. É nesse contexto que a autora ressalta como a ausência de filhos poderia facilitar a conquista da alforria e a mobilidade entre mulheres escravizadas.

Ela argumenta, ainda, que o elevado número de mulheres africanas sem filhos em testamentos e inventários seria representativo das experiências de gênero e das práticas culturais de reprodução tanto durante a escravidão quanto na liberdade para essas mulheres. Neste ponto, a autora enriquece as discussões sobre maternidade e reprodução para mulheres africanas e suas descendentes, ao explorar a diversidade de práticas, arranjos e realidades maternas para mulheres negras. Isso abrange desde a ausência de filhos, a dolorosa experiência da perda deles por morte ou venda, até práticas informais de adoção e herança, bem como as contínuas lutas e aspirações por liberdade para si mesmas e suas famílias.

Apesar de reiterar muitos dos mesmos argumentos ao longo das seções e abordar uma ampla gama de temas e problemáticas em cada capítulo, tornando a organização do livro por vezes confusa, o trabalho de Collins é valioso ao explorar a maternidade negra e afrodescendente como um território contestado, no qual se entrelaçam as dinâmicas sociais, culturais, raciais e de gênero na domesticidade escravista, o papel do Estado imperial brasileiro e

seus agentes, as vivências das crianças cativas e libertas, e as cosmovisões que moldaram as estratégias adotadas pelas mulheres africanas e suas descendentes em busca da emancipação.

Relevante pelas histórias e complexidades das vidas das mulheres que recupera, e envolvente pela narrativa

que apresenta, este livro é recomendado para todos os interessados na história das lutas das mulheres africanas e descendentes pela emancipação, assim como na história das mulheres, crianças e famílias negras, e das dinâmicas de raça e gênero no Brasil escravista.

**Lorena Féres da Silva Telles**  

*University of Pittsburgh*

DOI: 10.9771/aa.v0i69.63357